

**ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE- AEBES
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES – HEJSN**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e associados - Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – AEBES - Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves - Serra, ES. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – AEBES referente ao Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado do período e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado.** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis.** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avalia-

ção da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Vitória, ES, 15 de fevereiro de 2019.

Wesley Cristian Marques - Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES Auditores Independentes - CRC2ES000289/O-0

ATIVO	Nota	BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)		PASSIVO	Nota	31/12/2018 31/12/2017	
		31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		36.855.699	44.573.045	CIRCULANTE		27.062.421	36.765.739
Caixas e equivalentes de caixa		9.488.428	18.025.211	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	11	13.052.119	11.996.019
Contas a receber de clientes	4	21.469.739	21.143.904	Obrigações Sociais	12	4.427.925	4.429.832
Estoques	5	4.571.695	4.264.534	Provisões Sociais	13	4.334.842	4.266.071
Outros ativos circulantes	6	1.325.837	1.139.397	Obrigações Fiscais	14	281.972	214.533
	7			Recursos Públicos p/Investimentos a Realizar	15.1	758.339	327.892
NÃO CIRCULANTE		879.826	472.746	Recursos Públicos p/custeio a Realizar	15.2	4.207.224	15.531.393
Depósito Judicial	16	400.919	391.126	NÃO CIRCULANTE		10.673.104	8.280.052
Imobilizado	8	454.475	79.754	Provisões para processos judiciais	16	10.673.104	8.280.052
Intangível	9	24.432	1.866	PATRIMÔNIO SOCIAL	17	-	-
CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA	18	16.621.009	13.367.728			-	-
Imobilizado de Terceiros		16.621.009	13.367.728	CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVA	18	16.621.009	13.367.728
				Imobilizado de Terceiros		16.621.009	13.367.728
TOTAL DO ATIVO		54.356.534	58.413.518	TOTAL DO PASSIVO		54.356.534	58.413.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE- AEBES			
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES – HEJSN			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
(Em Reais)			
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS OPERACIONAIS		204.132.808	197.229.576
RECEITA HOSPITALAR LÍQUIDA		200.261.879	194.762.290
SESA - SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE		200.261.879	194.762.290
(+) Receita de Serviços de Saúde	15,2	200.261.879	194.762.290
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		3.870.929	2.467.286
OUTRAS RECEITAS		3.870.929	2.467.286
(+) Receita com Subvenções Governamentais	15,1,19	935.857	1.166.608
(+) Receita Financeira	24,19	711.670	728.147
(+) Outros Recursos Recebidos	19	2.223.402	572.531
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(204.132.808)	(197.229.576)
(-) Custos de Pessoal Próprio	20	(53.929.232)	(52.616.886)
(-) Custos de Serviços	21	(103.614.704)	(99.512.214)
(-) Custos de Materiais	22	(32.128.194)	(30.199.381)
(-) Despesas Gerais	23	(9.343.292)	(7.192.256)
(-) Despesas Financeiras	24	(69.637)	(52.830)
(-) Despesas Tributárias	25	(65.186)	(100.852)
(-) Depreciações/Amortizações	8,9	(924.785)	(1.253.086)
(-) Contingência Trabalhista, Cível e Tributária	16	(4.047.504)	(6.277.989)
(-) Outras Despesas Operacionais	26	(10.274)	(24.082)
(-) Impostos e Contribuições Federais e Municipais	27	(31.546.356)	(32.303.462)
(+) Impostos e Contribuições Federais e Municipais - Isenções Usufruídas	27	31.546.356	32.303.462
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO		-	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
(Em Reais)			
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		-	-
Superávit ou déficit do exercício		-	-
AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA			
Depreciação/Amortização/Exaustão		924.785	1.210.764
Baixas do Ativo Imobilizado		507	318.879
Constituição da Provisão Contingencial		4.696.706	6.277.989
Baixa de Constituição da Provisão Contingencial		(2.303.654)	(43.550)
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO AJUSTADO		3.318.344	7.764.082
Clientes		(325.835)	(822.203)
Outros Ativos Financeiros		(186.440)	(117.723)
Estoques		(307.161)	(447.412)
Depósitos Judiciais		(9.793)	(124.518)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS		(829.229)	(1.511.856)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar		1.056.099	426.731
Obrigações Sociais		(1.907)	336.745
Provisões Sociais		68.772	283.481
Obrigações Fiscais		67.439	5.432
Recursos Públicos a Realizar		(11.324.169)	(7.435.263)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE PASSIVOS		(10.133.766)	(6.382.874)
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(7.644.651)	(130.648)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.322.579)	(1.603.080)
Aquisição de ativo imobilizado/intangível		(764.112)	(290.538)
Receita diferida de imobilizado/intangível		(558.467)	(1.312.542)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		430.447	173.885
Subvenções de Investimento		430.447	173.885
TOTAL DE GERAÇÃO DE CAIXA DAS ATIVIDADES		(8.536.783)	(1.559.843)
Caixa no Início do Exercício		18.025.211	19.585.054
Caixa no Final do Exercício		9.488.428	18.025.211
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA		(8.536.783)	(1.559.843)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
(Em Reais)			
		31/12/2018	31/12/2017
1 - RECEITAS		203.421.138	196.501.429
1.1) Prestação de Serviços		200.261.879	194.762.290
1.2) Outras Receitas		3.159.259	1.739.139
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		149.143.968	143.205.922
2.1) Custo do serviço prestado		103.614.704	99.512.215
2.2) Custo de materiais, gastos gerais, contingencias e outras despesas operacionais		45.529.264	43.693.708
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		54.277.169	53.295.506
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		924.785	1.253.086
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		53.352.384	52.042.420
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		32.258.026	33.031.611
6.1) Receitas financeiras		711.670	728.147
6.2) Isenções usufruídas		31.546.356	32.303.464
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		85.610.410	85.074.031
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		85.610.410 100%	85.074.031 100%
8.1) Pessoal + Encargos		53.929.232 63%	52.616.887 57%
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições		31.611.542 37%	32.404.314 43%
8.3) Despesas Financeiras		69.637 0%	52.831 0%
8.4) Superávit		- 0%	- 0%
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

continuação

**ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE- AEBES
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES – HEJSN**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL. Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – AEBES, com sede na Rua Vênus, sem número, Alecrim, Vila Velha – ES inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº 28.127.926/0001-61, é uma sociedade de direito privado e de caráter filantrópico, fundada em 05 de maio de 1956, tendo por finalidades organizar, manter e desenvolver atividades que promovam o bem-estar social, a saúde, a educação e a assistência espiritual à população, sem qualquer distinção, em conformidade com os princípios Cristãos Evangélicos, sem fins econômicos ou lucrativos. O reconhecimento da entidade de fins filantrópicos no âmbito federal, está devidamente consubstanciado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, órgão vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, consoante às disposições contidas no art. 3º da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, bem como pelo Decreto Lei nº 86.174 de 02 de julho de 1981. Conta, também, reconhecimento em nível estadual no Estado do Espírito Santo, através da Lei nº 1.761 de 02 de janeiro 1983, e em nível municipal no Município de Vila Velha através da Lei nº 1.405 de 09 de fevereiro de 1972, respectivamente. A Portaria nº 908 de 19 de maio de 2017, expedida pelo Ministério da Saúde, garantiu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à AEBES, até o dia 28 de dezembro de 2019. A AEBES encontra-se devidamente habilitada como Organização Social pela Lei Complementar Estadual nº 489/09 e suas regulamentações, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 19 março de 2010. A AEBES firmou contrato de gestão com o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo, Contrato nº 001/2012, o qual foi publicado em 01 de novembro de 2012, com vigência de 60 meses, para gerir o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves com sede na Avenida Paulo Pereira Gomes, sem número, Morada de Laranjeiras, Serra – ES, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº 28.127.926/0002-42. No dia 1º de novembro de 2017 foi assinado o décimo quinto aditivo, prorrogando a vigência do Contrato nº 001/2012 pelo período de 02 de novembro de 2017 a 01 de novembro de 2022. O HEJSN foi inaugurado no dia 24 de fevereiro de 2013 e é um marco na história do Estado do Espírito Santo. Considerado uma unidade de saúde moderna, sendo referência para urgência e emergência, clínicas e cirúrgicas, traumatologia-ortopedia, e conta com um Centro de Tratamento de Queimados (CTQ). O hospital possui 375 leitos, que estão assim distribuídos: 47 leitos de UTI, 95 leitos de clínica cirúrgica, 108 leitos de clínica médica, 10 leitos para Centro de Tratamento de Queimados, 40 leitos de UTIN/UCIN, 15 leitos de UADC, 60 leitos de maternidade de alto risco e ainda 15 leitos para o Pronto Socorro com plantões presenciais de profissionais médicos nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Ortopedia, Neurocirurgia, Cirurgia Torácica, Cirurgia Vascular e Clínica Médica. O Hospital possui seis pavimentos, tem estacionamento próprio com 517 vagas e um heliponto que facilita os atendimentos de urgência e emergência. O Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves adotou conceitos globais de sustentabilidade, humanização, acessibilidade, automação, acolhimento e flexibilidade. Foi construído levando-se em consideração o estilo ecologicamente correto, inclusive aproveitando a energia solar para aquecimento de água por meio de um reservatório coletor de águas da chuva, que também permite o aproveitamento para irrigação em bacias sanitárias e lavagem de piso. O atendimento do HEJSN é 100% prestado aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. **2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas, estão expressas em reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e nos aspectos não abordados por esta interpretação, aplicou-se a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para processo judiciais, dentre outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 15 de fevereiro de 2019. **2.2 Continuidade.** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, que pressupõe que uma entidade está em plena atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Partindo deste pressuposto a entidade informa que não tem a intenção e nem a necessidade de entrar em liquidação, e nem reduzir materialmente suas operações de prestação de serviços. A AEBES possui um contrato de gestão para a operacionalização da unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, contrato nº 001/2012, assinado pela AEBES e a Secretaria de Estado da Saúde, publicado em 01 de novembro de 2012, o qual foi renovado em 01 de novembro de 2017, conforme aditivo de nº 15, com vigência de 60 meses. Este contrato até a presente data apresenta resultados de excelência quanto ao cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas junto a contratante. Sendo assim a entidade informa que esta unidade até o término do con-

trato em 01 de novembro de 2022 não prevê descontinuidade das operações. **3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (a) Instrumentos Financeiros Básicos. A entidade mensura seus ativos financeiros e passivos financeiros básicos, como definido na seção 11 da NBC TG 1000 – Instrumentos Financeiros Básicos, aprovada pela resolução CFC nº 1.285/10. Os instrumentos financeiros básicos da entidade são classificados como empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de perda por redução ao seu valor recuperável, exceto as propriedades para investimento que são mantidos ao valor justo com ajuste em resultado. Considerando que o ajuste a valor presente – AVP, envolve elementos do ativo e passivo de longo prazo, e que os demais ativos e passivos de curto prazo somente deverão ser ajustados ao seu valor presente, caso o ajuste tenha efeito relevante nas demonstrações contábeis, a entidade informa que realiza o ajuste a valor presente dos ativos e passivos de curto prazo quando representarem relevância para as demonstrações contábeis. Os instrumentos financeiros básicos da entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes e não-circulantes, fornecedores e outras contas a pagar, obrigações e provisões sociais e obrigações fiscais. (b) Caixa e Equivalente de Caixa. As contas de caixa e equivalentes de caixa são representadas pelos recursos financeiros que se encontram à disposição da entidade, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários e os títulos de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. Os recursos disponíveis são restritos e de uso exclusivo do HEJSN, cuja movimentação está vinculada a projetos de subvenção para investimentos e custeios aprovados (Nota 4). (c) Contas a Receber de Clientes. Os valores de clientes são inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal (valor justo) e subsequentemente, quando aplicável, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável. As perdas por redução no valor recuperável (impairment), representam a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Resolução do CFC nº 1.255/09, seção 11, item 11.21). No final de cada período de divulgação a instituição avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros e caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil é reconhecido imediatamente uma redução no valor recuperável, no resultado. As perdas por redução no valor recuperável são calculadas com base na média percentual histórica dos recebimentos ao longo de três exercícios, incluindo o exercício vigente. O percentual de inadimplência é aplicado sobre o saldo final dos clientes a receber. Para os clientes que já possuíam cobrança judicial e/ou administrativa a regra aplicada é o de reconhecer 100% da dívida como perda (Nota 5). (d) Estoques. Os estoques estão demonstrados ao valor do custo. O método para avaliação do custo é determinado pelo custo médio ponderado de aquisição, que não superam os preços de mercado (Nota 6). Os estoques referem-se, substancialmente, a medicamentos e material médico-hospitalar, que estão ligados diretamente a atividade fim da entidade. (e) Imobilizado. O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação (Nota 8). Os gastos com a manutenção do ativo fixo, quando representam melhorias (aumento da vida útil ou capacidade operacional), são capitalizados e os gastos remanescentes são debitados nas contas de despesas, quando incorridos. As taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos ativos, conforme segue abaixo:

Edificação	4%
Móveis, utensílios, instalações, máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%

(f) Intangível. Está demonstrado ao custo histórico de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, limitados ao prazo de cinco anos (Nota 9). (g) Contas de Compensação – Imobilizado de Terceiros. Esta conta representa os bens que estão em poder da AEBES, recebidos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e destinados a abertura e à operacionalização do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV - Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, do ES (Nota 18). (h) Provisões. As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor seja feita. (i) Doações. A entidade recebe doações de pessoas jurídicas. No ano de 2018 o valor de doações foi de R\$ 339.051 e no ano de 2017 foi de R\$ 112.481 (Nota 19). (j) Auxílios e Subvenções. A entidade reconhece as subvenções de acordo com a seção 24 da NBC TG 1000, aprovada pela resolução CFC nº 1.255/09 e a Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R1)), que vedam a contabilização de subvenções no Patrimônio Líquido e estabelece que as subvenções, inclusive as não monetárias, sejam

continuação

**ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE- AEBES
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES – HEJSN**

reconhecidas pelo regime de competência e em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário, confrontadas com as despesas correspondentes. O reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não houver base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados e quando houver segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas. Enquanto não atendidos os critérios para reconhecimento da receita, a entidade reconhece a subvenção como um passivo ou uma conta retificadora do ativo, quando essa é relacionada com ativos e não vinculadas a obrigações futuras, conforme a Seção 24 da NBC TG 1000 (Nota 15). O Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves recebe recursos específicos para aplicação em investimento através do Contrato de Gestão nº 001/2012, no qual são elaborados projetos para utilização do recurso liberado. (k) Passivos contingentes. Conforme preceitua a seção 21 da NBC TG 1000, que trata sobre as Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, passivos contingentes são obrigações possíveis que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os passivos contingentes não são registrados contabilmente, entretanto são divulgados em nota explicativa (Nota 16), a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. (l) Ativos contingentes. Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis. (m) Contabilização de custos, despesas e receitas. Conforme Contrato de Gestão, firmado entre a AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e a SESA – Secretaria de Estado da Saúde, os recursos assistenciais repassados devem ser utilizados com a finalidade única de subsidiar as operações oferecidas pelo Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. Dessa forma, as receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo conforme estabelecido em contrato, e reconhecidas quando for provável que benefícios futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Conforme o que está estabelecido na Seção 24 da NBC TG 1000, no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistência ou subvenção governamental, tais receitas são reconhecidas quando não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora ou as condições de desempenho impostas pela subvenção forem atendidas. Atendidos os requisitos para reconhecimento, os recursos governamentais são reconhecidos como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática (Resolução CFC nº 1.409/12 – ITG 2002 (R1), item 9 e Resolução CFC nº 1.305/10 – NBC TG 07 (R1), item 12), obedecendo ao princípio da competência, independente da emissão da nota fiscal ou de seu recebimento. Os custos e despesas são apurados pelo princípio da competência e serão objeto de parecer por parte da SESA – Secretaria de Estado da Saúde para fiscalização e monitoramento do Contrato de Gestão. Desta forma, os montantes registrados desde o início das operações do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, poderão sofrer alterações, de acordo com os resultados alcançados na análise das informações e na conclusão do parecer da Comissão de Avaliação. (n) Eventos subsequentes. Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam

condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA. O caixa e equivalentes de caixa são específicos para utilização no objeto do Contrato de Gestão nº 001/2012 de operacionalização e execução dos serviços de saúde do HEJSN. Os recursos disponíveis são restritos e de uso exclusivo do HEJSN para operacionalização de suas atividades.

Caixa	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	3.213	1.625
	3.213	1.625
Banco conta movimento:		
Com restrição	6.742	27.077
	6.742	27.077
Aplicações vinculadas a Projetos/Convênios:		
CDB / RDB	9.478.473	17.996.509
	9.478.473	17.996.509
	9.488.428	18.025.211

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES. Os valores de clientes são representados unicamente pela SESA – Secretaria de Estado da Saúde, por se tratar de um contrato específico para operacionalizar o Hospital Dr. Jayme Santos Neves, hospital do Estado.

SESA - Secretaria de Estado da Saúde	31/12/2018	31/12/2017
	21.469.739	21.143.904
	21.469.739	21.143.904

Considerando que a entidade não possui, em 31 de dezembro de 2018, valores a receber de longo prazo, assim como os valores de curto prazo existentes possuem vencimento inferior a 90 dias, não há necessidade de reconhecimento de ajuste a valor presente, uma vez que se referem a créditos de curto prazo em que o recebível é reconhecido com base no valor à vista não descontado da entidade, que normalmente é o preço da nota fiscal, conforme preceitua a seção 11 da NBC TG 1000.

6 ESTOQUES. Os estoques estão avaliados pelo método do custo médio ponderado de aquisição, reduzidos dos valores de perdas por validade vencida, embalagem violada, quebra e desuso, que reduzem o valor recuperável dos estoques.

	%	31/12/2018	%	31/12/2017
Medicamentos	35%	1.443.682	32%	1.489.119
Material Médico Hospitalar	27%	1.498.222	33%	1.136.964
Outros	38%	1.629.791	36%	1.638.451
		4.571.695		4.264.534
Valores Baixados do Estoque		134.732		203.161

7 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS. Estão representados por valores adiantados a fornecedores e empregados, despesas antecipadas e outros, todos registrado pelo custo do valor histórico.

	31/12/2018	31/12/2017
Outros Créditos	15.798	14.649
Adiantamentos a Fornecedores	80.502	229.429
Adiantamentos de Férias	355.985	292.548
Lanchonete	19.512	9.756
Despesas Antecipadas	221.868	48.858
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	632.171	544.156
	1.325.837	1.139.397

tratam da Subvenção e Assistência Governamental, realiza os registros no passivo como recursos públicos para investimento a realizar e estes recursos recebidos são reconhecidos como receita durante a vida útil do bem depreciável.

8 IMOBILIZADO. O Contrato de Gestão nº 001/2012 firmado entre a AEBES e a SESA, prevê recursos financeiros para aquisição de bens e/ou reforma predial, e são renovados por aditivos. Os recursos que são destinados exclusivamente para investimento, a entidade com base na seção 24 da NBC TG 1000 e Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R1)) que

	Taxa anual de %	Custo Histórico 31/12/2017	Adições	Baixas	Custo Histórico 31/12/2018	Depreciações Acumuladas	Depreciações do Período	Contrapartida das Baixas na Depreciação	Saldo Residual 31/12/2018	Saldo Residual 31/12/2017
Instalações	10%	73.991	-	-	73.991	(29.550)	(7.399)	-	44.441	51.840
Equipamentos Hospitalares	10%	4.702.600	631.429	(230)	5.333.799	(2.204.858)	(432.583)	112	3.128.941	2.936.740
Equipamentos de Informática	20%	69.977	39.327	-	109.304	(71.831)	(14.464)	-	37.473	12.609
Movéis e Utensílios	10%	554.594	65.356	(389)	619.561	(286.080)	(63.510)	-	333.480	325.496
		5.401.162	736.111	(619)	6.136.654	(2.592.319)	(517.956)	112	3.544.335	3.326.685
(-) Receita Diferida de Imobilizado									(3.089.860)	(3.246.931)
									454.475	79.754

continuação

**ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE- AEBES
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES – HEJSN**

9 INTANGÍVEL. O ativo intangível é composto por softwares, sistemas informatizados de gestão. O Contrato de Gestão nº 001/2012 firmado entre a AEBES e a SESA, prevê recursos financeiros para aquisição de bens e/ou reforma predial, e são renovados por aditivos, utilizados nas atividades da entidade. Os recursos de subvenção são registrados no pas-

sivo quando do seu recebimento e reconhecidos como receita durante a vida útil do bem amortizável, conforme orientação da seção 24 da NBC TG 1000 e Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R1)) que trata da Subvenção Governamental.

	Taxa anual de depreciação	Custo Histórico 31/12/2017	Adições	Baixas	Custo Histórico 31/12/2018	Amortizações Acumuladas	Amortizações do Período	Saldo Residual 31/12/2018	Saldo Residual 31/12/2017
Softwares	20%	3.098.679	28.000	-	3.126.679	(3.085.914)	(406.829)	40.765	419.594
		3.098.679	28.000	-	3.126.679	(3.085.914)	(406.829)	40.765	419.594
(-) Receita Diferida do Intangível								(16.333)	(417.728)
								24.432	1.866

10 AJUSTE AO VALOR RECUPERÁVEL – IMPAIRMENT. A entidade informa que não realiza o teste de redução ao valor recuperável de seu ativo imobilizado da unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme dos Santos Neves, em decorrência do objeto do contrato firmado entre a entidade e a Secretaria de Estado da Saúde – SESA que prevê apenas a operacionalização dos serviços do hospital estadual público Dr. Jayme Santos Neves, sendo que todos os bens do ativo imobilizado pertencem ao Estado e estão em poder da AEBES conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV - Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, do ES. A entidade deverá transferir integralmente ao Estado em caso de rescisão do contrato, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde, os bens e recursos pré-existentes ao contrato ou adquiridos com recursos a ele estranhos e de atividades próprias da entidade, diferentes e não relacionadas ao contrato de gestão.

11 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR. Os valores de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal (valor justo) e subsequentemente, quando aplicável, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, acrescidos quando devido, dos correspondentes encargos dos títulos vencidos, incorridos até a data da apresentação das demonstrações contábeis.

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores Gerais de Estoque	2.127.182	2.418.464
Fornecedores de Serviços	470.001	476.969
Repasse Médico	7.318.102	6.897.118
Fornecedores de Outras Contas a Pagar	2.532.386	1.733.816
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	604.448	469.652
	13.052.119	11.996.019

Considerando que a entidade não possui, em 31 de dezembro de 2018, valores a pagar de longo prazo, assim como os valores de curto prazo existentes possuem vencimento inferior a 90 dias, não há necessidade de reconhecimento de ajuste a valor presente, uma vez que se referem a débitos de curto prazo em que a dívida é reconhecida com base no valor à vista não descontado da entidade, que normalmente é o preço da nota fiscal, conforme preceitua a seção 11 da NBC TG 1000.

12 OBRIGAÇÕES SOCIAIS. As obrigações sociais estão representadas pelos valores devidos sobre a folha de salários dos funcionários como o INSS, o PIS e o FGTS. Além disso, compõem as obrigações sociais a retenção do INSS pela cessão de mão-de-obra, assim como as contribuições retidas de terceiros.

	31/12/2018	31/12/2017
Salários a Pagar	2.833.638	2.868.205
Rescisões a Pagar	18.699	27.035
Pensão Judicial/Alimentícia	2.067	2.360
Contribuição Social/Sindical	26.693	2.218
FGTS a Pagar	424.338	391.654
INSS a Pagar - Folha	289.009	316.666
INSS sobre pagamento para Autônomos	1.898	1.798
INSS sobre Prestação de Serviços	151.011	134.434
IRRF - Folha	194.137	255.335
PIS a Pagar - Folha	67.452	71.108
PIS/COFINS/CSLL Lei nº 10.833/03	342.861	247.028
Plano Odontológico	7.640	5.922
Plano de Saúde	68.481	106.069
	4.427.925	4.429.832

13 PROVISÕES SOCIAIS. O saldo das provisões sociais foi contabilizado com base na remuneração mensal do funcionário respeitando a quantidade de avos devidos a que tenha direito, bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores objetos da provisão, respeitando o princípio da competência.

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de Férias	3.977.307	3.914.600
Encargos sobre Provisão de Férias	357.536	351.471
	4.334.842	4.266.071

14 OBRIGAÇÕES FISCAIS. Em função do caráter beneficente da entidade, as obrigações fiscais estão representadas apenas pelas retenções do imposto de renda na fonte e ISS na fonte sobre as prestações de serviço.

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Retido na Fonte	112.604	80.878
ISS - Retenção	169.367	133.654
	281.972	214.532

15 RECURSOS PÚBLICOS A REALIZAR. Recursos públicos a realizar representam um benefício econômico específico recebido por meio do Contrato de Gestão nº 001/2012 firmado entre a AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da SESA – Secretaria de Estado da Saúde, e possui como objetivo pré-determinado e único a operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves (Resolução CFC nº 1.305/10 – NBC TG 07 (R1)). Os recursos governamentais disponibilizados são mensurados ao valor justo, valor nominal conforme estabelecido em contrato, acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira. Estes recursos enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado são registrados em conta específica do passivo (Resolução CFC nº 1.409/12 – ITG 2002 (R1), item 11). Atendidos os requisitos para reconhecimento, os recursos governamentais são reconhecidos como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática (Resolução CFC nº 1.409/12 – ITG 2002 (R1), item 9 e Resolução CFC nº 1.305/10 – NBC TG 07 (R1), item 12).

15.1 Recursos Públicos Para Investimento a Realizar – Subvenções. Recursos públicos para investimento a realizar corresponde às subvenções dos recursos financeiros de investimento recebidos da SESA – Secretaria de Estado da Saúde, destinados à aquisição de bens e/ou reforma predial para o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. Em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 9.704.559 representa a totalidade de recursos recebidos. Somados a estes recursos temos os rendimentos no valor de R\$ 321.570, resultante das aplicações realizadas no mercado financeiro dos recursos recebidos. Até 31 de dezembro de 2018 foram realizadas aquisições de bens permanentes no montante de R\$ 9.263.333 (Notas 8 e 9), sendo que os bens adquiridos com recursos de subvenção representam R\$ 5.512.939 em imobilizado e R\$ 3.087.519 em Intangível. Estes bens foram ativados com base na seção 24 NBC TG 1000 e Resolução nº 1.305/10 (NBC TB 07 (R1)).

continuação

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE- AEBES
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES – HEJSN

15.1 Receita de Recursos Públicos para investimento a Realizar

	Ativo					Passivo e Receita		
	Recursos recebidos	Saldo em Bancos conta movimento	Saldo de Aplicações financeiras	Receita Diferida Imobilizado	Receita Diferida Intangível	Rendimentos de aplicação financeira	Apropriação no Resultado	Saldo do Passivo
Em 31 de dezembro de 2012	1.000.000	-	-	-	-	-	-	1.000.000
Movimentação do ano de 2013	5.703.482	779	1.260.059	(2.851.092)	(2.485.961)	87.527	(450.350)	3.607
Em 31 de dezembro de 2013	6.703.482	779	1.260.059	(2.851.092)	(2.485.961)	87.527	(450.350)	1.003.607
Movimentação do ano de 2014	1.490.274	38.510	(1.006.857)	(1.111.798)	215.722	88.570	(1.395.994)	(713.227)
Em 31 de dezembro de 2014	8.193.756	39.289	253.202	(3.962.890)	(2.270.239)	176.096	(1.846.344)	290.380
Movimentação do ano de 2015	719.979	680.690	(22.131)	246.439	611.173	29.254	(1.083.145)	523.700
Em 31 de dezembro de 2015	8.913.735	719.978	231.071	(3.716.451)	(1.659.066)	205.351	(2.929.489)	814.080
Movimentação do ano de 2016	-	(719.977)	64.958	(221.421)	619.736	71.254	(1.129.643)	(660.073)
Em 31 de dezembro de 2016	8.913.735	2	296.029	(3.937.872)	(1.039.330)	276.605	(4.059.132)	154.007
Movimentação do ano de 2017	-	1	5.840	690.940	621.602	27.951	(1.166.608)	173.885
Em 31 de dezembro de 2017	8.913.735	3	301.869	(3.246.932)	(417.728)	304.556	(5.225.739)	327.892
Movimentação do ano de 2018	790.823	2.521	430.995	157.072	401.395	17.014	(935.857)	430.447
Em 31 de dezembro de 2018	9.704.559	2.524	732.864	(3.089.860)	(16.333)	321.570	(6.161.596)	758.339

15.2 Receita de Recursos Públicos para Custeio a Realizar. Recursos públicos para custeio, a realizar, correspondem aos recursos financeiros assistenciais recebidos da SESA – Secretaria de Estado da Saúde, destinados a operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. O valor de R\$ 992.612.101 corresponde aos recursos disponibilizados para operacionalização do HEJSN, somados a

estes recursos temos os rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ 7.175.410 Em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 995.652.278 representa o montante utilizado para custear as despesas registradas ao longo do período durante os exercícios de 2012 a 2018, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO A

RECURSOS PÚBLICOS A REALIZAR

	Ativo					Passivo e Receita	
	Recursos recebidos	Saldo em Bancos conta movimento	Saldo de Aplicações financeiras	Rendimento de aplicação financeira	Ressarcimento de despesas	Apropriação no Resultado	Saldo do Passivo
Em 31 de dezembro de 2012	5.639.516	455	5.542.283	25.784	-	(403.550)	5.261.750
Movimentação de 2013	95.751.839	12.514	4.690.935	526.184	-	(92.431.877)	3.846.146
Em 31 de dezembro de 2013	101.391.355	12.969	10.233.218	551.968	-	(92.835.427)	9.107.896
Movimentação de 2014	168.051.290	9.443.558	(6.982.121)	974.377	71.990	(161.047.145)	8.050.513
Em 31 de dezembro de 2014	269.442.645	9.456.527	3.251.097	1.526.345	71.990	(253.882.571)	17.158.409
Movimentação de 2015	168.051.290	(9.446.358)	7.135.885	1.251.103	-	(171.445.297)	(2.142.904)
Em 31 de dezembro de 2015	437.493.935	10.169	10.386.982	2.777.448	71.990	(425.327.868)	15.015.505
Movimentação de 2016	181.352.809	(4.209)	8.895.117	1.898.582	-	(175.300.240)	7.951.151
Em 31 de dezembro de 2016	618.846.744	5.960	19.282.099	4.676.030	71.990	(600.628.108)	22.966.656
Movimentação de 2017	185.592.086	21.116	(1.587.459)	1.734.941	-	(194.762.290)	(7.435.263)
Em 31 de Dezembro de 2017	804.438.830	27.076	17.694.640	6.410.971	71.990	(795.390.399)	15.531.393
Movimentação de 2018	188.173.271	(22.858)	(8.949.031)	764.439	-	(200.261.879)	(11.324.169)
Em 31 de Dezembro de 2018	992.612.101	4.218	8.745.609	7.175.410	71.990	(995.652.278)	4.207.224

QUADRO B

Demonstrativo mensal:

	2018	2017
Janeiro	16.055.211	15.624.585
Fevereiro	15.709.274	14.941.767
Março	16.282.115	15.951.410
Abril	16.328.058	15.337.807
Maio	16.764.857	15.744.480
Junho	16.394.430	15.301.983
Julho	16.656.851	15.366.087
Agosto	16.808.000	16.413.499
Setembro	17.064.365	21.502.010
Outubro	17.657.349	16.296.973
Novembro	17.120.531	16.163.535
Dezembro	17.420.838	16.118.155
Receita Serviços de Saúde	200.261.879	194.762.290

16 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS. A entidade contabiliza a provisão para contingências judiciais trabalhistas, cíveis e tributários, a partir dos valores estimados das causas, atribuídos, corrigidos e atualizados, pela assessoria jurídica. Dentre as causas com provável expectativa de perda, conforme Resolução do CFC nº 1.180/09 e NBC TG 25, em 31 de dezembro de 2018 o saldo de contingências trabalhistas, cíveis e tributárias foi atualizado para R\$ 10.673.104 (R\$ 8.280.052 em 31 de dezembro de 2017). A entidade informa que recebeu autos de infração, emitidos pela Prefeitura Municipal de Serra (PMS), relativos a cobrança de suposta diferença nas alíquotas do ISS, retidas nas notas fiscais de serviços prestados. Os referidos autos foram convertidos em processos

administrativos/tributários, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 9.612.740. A Entidade reconheceu devidamente os valores dos processos no resultado, mas apresentou defesa junto a PMS. Dessa forma, os referidos processos encontram-se com a exigibilidade suspensa até que o mérito seja devidamente avaliado pelo Ente tributante. Os processos classificados como obrigação possível, mas incerta, são considerados como passivos contingentes e não contabilizados, por não haver a confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente, conforme seção 21 da NBC TG 1000. Estas obrigações totalizam em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 2.622.335 (R\$ 2.401.881 em 31 de dezembro de 2017).

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE- AEBES HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES – HEJSN						
continuação						
PROCESSOS JUDICIAIS						
		Valor envolvido atualizado da causa 31/12/2017	Provisões Constituídas	Atualizações	Baixa	Valor envolvido atualizado da causa 31/12/2018
Probabilidade de Perda	Natureza					
PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS						
Provável	Cível	761.155	847.455	94.129	(793.739)	909.000
Provável	Trabalhista	26.709	214.140	2.875	(92.358)	151.364
Provável	Tributário	7.492.188	2.007.737	881.168	(768.353)	9.612.740
		8.280.052	3.069.332	978.172	(1.654.450)	10.673.104
PASSIVOS CONTINGENTES						
Possível	Cível	756.758	774.320	108.472	(492.231)	1.147.319
Possível	Trabalhista	1.642.291	197.957	155.842	(524.281)	1.471.809
Possível	Tributário	2.938	14.243	1.001	(14.974)	3.208
		2.401.987	986.520	265.315	(1.031.486)	2.622.336
		10.682.039				13.295.441
DEPÓSITOS JUDICIAIS						
		Valor em 31/12/17	Novos depósitos	Baixa	Baixa	Valor em 31/12/2018
Depósitos Judiciais Trabalhistas		391.126	9.793	-	-	400.919
Depósitos Judiciais Área Civil				-	-	-
		391.126	9.793			400.919
17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Em conformidade com a legislação inerente às Entidades do Terceiro Setor, o valor do Patrimônio Social é "Zero", em função da natureza do contrato firmado entre a AEBES e a SESA, o qual define no item 3.1.9, que a AEBES, quando da extinção do Contrato de Gestão, a Entidade CONTRATADA deverá: "Transferir, integralmente, à CONTRATANTE em caso de desqualificação e conseqüente extinção da Organização Social, e/ou rescisão deste contrato, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde no Hospital Estadual Dr. Jayme dos Santos Neves cujo uso lhe fora permitido". Dessa forma, por se tratar de gestão de RECURSOS RESTRITOS, os quais só poderão ser utilizados na operacionalização dos serviços de saúde prestados no HEJSN, todo e qualquer excedente está contabilizado como PASSIVO, até que sejam atendidos os requisitos para reconhecimento da Receita. Sendo assim, a contabilização gera efeito zero no resultado, pois a Receita equipara-se aos custos e despesas que compensou. Tal entendimento é baseado nas normas aplicáveis às Entidades (Resolução CFC nº 1.409/12 – ITG 2002 (R1), item 9 e Resolução CFC nº 1.305/10 – NBC TG 07 (R1), item 12) e no Manual para Entidades do Terceiro Setor, confeccionado pelo Conselho Federal de Contabilidade, o qual esclarece que:						
"Se a Entidade sem Finalidade de Lucros é financiada por fontes adicionais com restrição, essas fontes que financiam essas atividades restritas só podem ser aplicadas em plano de trabalho previamente aprovado que contemplem a vontade do aportador. Decorrente dessa restrição, as seguintes equações para a estrutura patrimonial e para a estrutura do resultado devem ser satisfeitas em qualquer estágio da aplicação dos recursos restritos:						
a) estrutura patrimonial: Rr = Rrec - Rapl - Rd = 0. Em que Rr é recurso com restrição; Rrec é recurso recebido; Rapl é recurso aplicado; Rd e é recurso disponível. Com essa equação satisfeita, as contas da parceria com restrição não afetam o equilíbrio patrimonial da entidade.						
b) estrutura de resultado: Rp = Rpr - Cpr = 0. Em que Rp é resultado da parceria com restrição; Rpr é receita da parceria com restrição; Cpr e é custo da parceria com restrição. Uma vez satisfeita essa equação, o resultado da parceria com restrição não afeta o resultado com transações próprias da entidade."						
18 CONTAS DE COMPENSAÇÃO. Esta conta representa os bens que estão em poder da AEBES, recebidos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e destinados a abertura e à operacionalização do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV - Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R. Os valores foram registrados na sua maioria com base na nota fiscal de compra do bem fornecida pela Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em alguns casos, por ausência da nota fiscal de compra, os itens foram registrados com o valor simbólico de R\$ 1,00 para possibilitar o controle físico do bem.						
Imobilizado de Terceiros						
		31/12/2018	31/12/2017			
Equipamentos Hospitalares		14.405.135	11.104.055			
Equipamentos de Informática		14.981	3.081			
Moveis e Utensílios		2.200.893	2.137.842			
Veículos		-	122.750			
		16.621.009	13.367.728			
19 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS. A entidade classifica como outras receitas operacionais recursos de subvenções estaduais para investimentos, os valores de doações, locação de espaço conforme contrato com a empresa Eliemar José Cavatti – ME referente a prestação de serviços de lanchonete, os valores de matrículas para o programa de residência médica, no qual a entidade está credenciada junto ao Ministério da Saúde, insubsistência ativa que é representada pela redução do passivo referente a reversão no saldo de processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários e as receitas financeiras.						
						31/12/2018 31/12/2017
Receita com Subvenções						
Subvenções para Investimento - Estadual		935.857	1.166.608			
		935.857	1.166.608			
Receitas Financeiras						
Descontos obtidos		711.670	728.147			
		711.670	728.147			
Outras Receitas - Doações						
Doações de Produtos do Estoque		142.204	112.481			
Doações de Imobilizado		196.847	-			
		339.051	112.481			
Outros Recursos Recebidos						
Receita de lanchonete explorada por terceiros		117.073	121.976			
Receita Matrícula Residência Médica		104.700	37.530			
Receita de Recuperações de Custos e Despesas		8.127	22.529			
Receita Insubsistência Ativa		1.654.451	278.015			
		1.884.351	460.050			
		2.223.402	572.531			
		3.870.928	2.467.286			
20 CUSTOS DE PESSOAL PRÓPRIO						
						31/12/2018 31/12/2017
Custo com Folha de Pagamento						
Salários		(34.524.163)	(30.996.842)			
Horas Extras		(4.502.653)	(7.475.161)			
Gratificações		(214.396)	(243.683)			
Vale transporte		(435.261)	(361.724)			
FGTS		(3.619.086)	(3.187.069)			
PIS		(384.893)	(391.868)			
		(43.680.453)	(42.656.347)			
Provisões e Encargos sobre Folha de Pagamento						
Provisão de Férias		(4.884.997)	(4.598.696)			
Provisão de FGTS sobre Férias		(389.239)	(367.598)			
Provisão de PIS sobre Férias		(49.448)	(45.940)			
Provisão de Décimo Terceiros Salário		(3.435.624)	(3.343.577)			
Provisão de FGTS sobre Décimo Terceiro Salário		(276.599)	(269.881)			
Provisão de PIS sobre Décimo Terceiro Salário		(34.603)	(33.634)			
		(9.070.511)	(8.659.326)			
Outros Custos de Pessoal						
Exames Admissionais e Demissionais		(47.937)	(15.981)			
Cursos e Treinamentos		(16.642)	(56.929)			
Estagiário e Menor Aprendiz		(20.855)	(18.767)			
Crédito Premiação PHERTO		(720.797)	(871.219)			
Plano Odontológico		(196.220)	(110.521)			
Plano Saúde		(125.376)	(190.181)			
Outros Custos de Pessoal		(50.442)	(37.615)			
		(1.178.269)	(1.301.213)			
		(53.929.232)	(52.616.886)			

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE- AEBES			
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES – HEJSN			
continuação			
21 CUSTOS DE SERVIÇOS			
Custo com Serviços Médicos e Diagnóstico	31/12/2018	31/12/2017	
Serviços Médicos	(67.277.736)	(65.888.552)	
Serviços de Banco de Sangue	(2.484.994)	(2.858.667)	
Serviços de Imagem e Laboratório			
Análises Clínicas	(15.499.836)	(14.107.113)	
Ajustes das Estimativas de Provisão	(38.460)	(19.116)	
	(85.301.027)	(82.873.448)	
Custo com Serviços Diversos			
Serviços de Manutenção e Engenharia Clínica e Predial	(2.318.924)	(1.489.925)	
Serviços de Fornecimento de Alimentação	(8.798.975)	(8.318.721)	
Serviços de Lavanderia	(993.061)	(936.238)	
Serviços de Vigilância	(2.729.514)	(2.882.559)	
Serviços de Remoção de Pacientes	(934.888)	(528.039)	
Serviços de Manutenção de Sistemas	(1.158.888)	(1.033.891)	
Serviços Advocatícios	(276.994)	(241.595)	
Serviços de Assessoria e Consultoria	(169.044)	(221.844)	
Serviços com Exames e Procedimentos	(571.620)	(474.014)	
Serviços de auditoria	(110.749)	(139.326)	
Serviço de Guarda de Documentos	(162.886)	(307.400)	
Serviços Diversos	(88.134)	(65.214)	
	(18.313.677)	(16.638.766)	
	(103.614.704)	(99.512.214)	
22 CUSTOS DE MATERIAIS	31/12/2018	31/12/2017	
Medicamentos	(13.883.297)	(12.966.608)	
Material Médico Hospitalar	(11.559.349)	(10.449.762)	
Gases Medicinais	(339.371)	(390.515)	
Gêneros Alimentícios	(432)	(613)	
Material de Higiene e Limpeza	(1.080.166)	(1.110.571)	
Material de Expediente e Impresso	(449.993)	(416.321)	
Material para Manutenção de Máquinas e Predial	(1.187.211)	(1.113.585)	
Combustíveis e Lubrificantes	(298.347)	(493.850)	
Materiais Descartáveis para Consumo	(206.842)	(192.402)	
Material Cirúrgico de Órteses e Próteses	(1.976.464)	(1.986.251)	
Bens de Pequeno Valor	(420.878)	(203.449)	
Roupas Hospitalares	(343.672)	(336.692)	
Baixa de Produtos do Estoque	(134.732)	(203.161)	
Ajuste de Inventário	(105.919)	(187.193)	
Outros Materiais de Consumo	(141.521)	(148.408)	
	(32.128.194)	(30.199.381)	
23 DESPESAS GERAIS	31/12/2018	31/12/2017	
Energia Elétrica	(6.671.579)	(5.096.620)	
Telefone e Internet	(98.819)	(121.302)	
Água e Esgoto	(884.512)	(546.033)	
Locações Diversas	(1.179.480)	(1.111.268)	
Auxílio Moradia Programa Residência Médica	(114.899)	(104.408)	
Outros Gastos Gerais	(394.002)	(212.625)	
	(9.343.292)	(7.192.256)	
24 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS. As receitas financeiras de rendimentos sobre aplicações estão registradas em conta de passivo de recursos públicos para investimento a realizar e recursos públicos para custeio a realizar conforme Notas 15.1 e 15.2.	31/12/2018	31/12/2017	
Receitas Financeiras			
Descontos Obtidos	711.670	728.147	
	711.670	728.147	
Despesas Financeiras			
Despesas Bancárias	(62.285)	(45.680)	
Juros, Multas e Correções	(7.351)	(7.150)	
	(69.637)	(52.830)	
	642.033	675.317	
25 DESPESAS TRIBUTÁRIAS	31/12/2018	31/12/2017	
Impostos, Taxas e Contribuições	(62.997)	(77.497)	
IPVA e Seguro Obrigatório	-	(71)	
Multas e Infrações Fiscais	(2.189)	(23.284)	
	(65.186)	(100.852)	
26 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/2018	31/12/2017	
Outras Despesas Diversas	(9.767)	(1.753)	
Baixas de Bens do Imobilizado	(507)	(22.329)	
	(10.274)	(24.082)	
27 BENEFÍCIOS FISCAIS. Em atendimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, a entidade informa que deixou de recolher para Previdência Social os valores do INSS patronal, SAT e Terceiros, bem como os valores de PIS, IRPJ, CSLL, COFINS e ISSQN, sobre suas receitas totais, tendo em vista o caráter de entidade beneficente.			
	31/12/2018	31/12/2017	
Impostos e Contribuições Federais			
Previdência Social Patronal	9.290.537	9.318.090	
Previdência Social S.A.T	929.054	931.809	
Previdência Social Terceiros	2.694.256	2.702.246	
Previdência Social Cooperativa	456.770	419.964	
PIS Faturamento	2.211.475	2.360.149	
COFINS	11.959.027	12.675.957	
	27.541.118	28.408.216	
Impostos e Contribuições Municipais			
Imposto sobre Serviço - ISS	4.005.238	3.895.246	
	4.005.238	3.895.246	
	31.546.356	32.303.462	
28 GRATUIDADES. Com relação às gratuidades, nos termos da Lei nº 12.101/09, Portaria nº 3.355/10 e Decreto nº 8.242/14 a entidade disponibiliza 100% da capacidade instalada da Unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.			
29 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS. A entidade oferece aos seus funcionários participação no programa PHERTO – Programa do Hospital Dr. Jayme Santos Neves de Retenção de Talentos e Oportunidades, Plano Odontológico e Plano de Saúde, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são em sua totalidade custeados pela entidade, exceto o plano de saúde, que é participativo. Estes benefícios são registrados como custo de pessoal quando incorridos. Em 31 de dezembro de 2018 o montante representa R\$ 1.042.392 (R\$ 1.171.921 em 31 de dezembro de 2017).			
30 TRABALHO VOLUNTÁRIO. A entidade informa que não possui programas de trabalho voluntariado na unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.			
31 SEGUROS. A Entidade possui seguros de veículos, e também contra incêndio com garantia contratada para incêndio, explosão, queda de raios, tumultos, danos elétricos, despesas fixas, quebra de vidros, mármore e granitos, roubo ou furto qualificado do conteúdo, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves e fumaça, bem como assistência 24 horas. Em 2018 a entidade contratou o seguro de Responsabilidade civil profissional e não renovou o seguro com veículo, pois o mesmo foi transferido para outra unidade da SESA, passando a utilizar o serviço de remoção terceirizado. Os seguros mantidos pela entidade propiciam as seguintes coberturas, em 31 de dezembro de 2018:			
		2018	2017
		Valor da	Valor da
		cobertura máxima	cobertura máxima
Seguro Imóvel		14.980.000	14.950.000
Veículos		-	400.000
Seguro Resp. Civil Profissional		1.500.000	-
		16.480.000	15.350.000
32 OUTROS ASSUNTOS. Em março de 2013, o Ministério Público Especial de Contas e o Ministério Público do Estado do Espírito Santo emitiram o Termo de Notificação nº 0283, referente ao Processo TC - 2299/2013, solicitando a suspensão da execução do Contrato de Gestão nº 001/2012, firmado entre a AEBES Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e a SESA – Secretária de Estado da Saúde, correspondente à gestão do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. Processo continua sem alterações, não ocorrendo decisões, ou intimações até a presente data. O processo movido pela Defensoria Pública do Município da Serra, sob o nº 0001662-65.2014.8.08.0048, conforme já informado, o referido processo não havia liminar concedida contra a AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense, sendo assim este processo foi encerrado, sendo arquivado definitivamente na data de 26 de fevereiro de 2018.			
		Alexander Mendes Cunha	
		Presidente	
		Markus Vinicius Tosta da Silva	Denise Hell Elias
		Tesoureiro	Contadora
			CRC-ES 013149/O-4

continuação

**ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE- AEBES
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES - HEJSN****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

À Assembleia Geral da AEBES

Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense - Hospital Estadual Dr Jayme Santos Neves - HEJSN

O Conselho Fiscal da AEBES - Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense, no uso de suas atribuições legais descritas no artigo 46, inciso 2, do Estatuto Social da AEBES, examinou as Demonstrações Contábeis e demais documentos relativos às operações realizadas por esta Instituição referente ao Hospital Estadual Dr Jayme Santos Neves, com o objetivo de expressar sua opinião sobre os atos da Administração referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A BAKER TILLY BRASIL-ES considerou adequadas as demonstrações contábeis do referido exercício baseando-se na auditoria dos documentos, processos e rotinas executadas pelos Setores Financeiro e Contábil da Instituição. Com base na análise acurada das demonstrações contábil-financeiras do Hospital Estadual Dr Jayme Santos Neves pela Auditoria Independente, este Conselho Fiscal recomenda a aprovação da Prestação de Contas à Assembleia Geral da AEBES.

Vila Velha - ES, 19 de março de 2019.

Filipe Cortes Teixeira
RelatorRonaldo Almeida Menenguci
SecretárioAnderson dos Reis Aurora
Membro Suplente

Protocolo 481330

www.dio.es.gov.brAO LONGO DA
NOSSA HISTÓRIA

JÁ MUD@MOS

DE NOME, SEDE E
PROJETO GRÁFICO.
COM NOSSO MEIO DE
INFORMAR NÃO PODERIA SER

DIFERENTE.

DESDE 1890

O QUE FAZ O
ESPÍRITO SANTO SE
DESENVOLVER SAI
PRIMEIRO AQUI.

IMPRESA
OFICIAL/ES


GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO